

Cauma punirá invasores de área pública

AMARAL SALES

O GDF vai intensificar a fiscalização de invasões de áreas públicas pelos comerciantes do Plano Piloto. A decisão foi tomada pelo governador Wanderley Vallim, durante reunião do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) ontem no Palácio do Buriti. De acordo com o procurador Célio Afonso de Almeida, que recomendou ao governador "decisão política" no sentido de coibir as invasões, a situação deve ser controlada antes que Brasília seja totalmente transformada em seu plano físico em relação ao modelo original.

Célio Afonso afirma ainda que não procedeu as alegações dos comerciantes de que o GDF não dispõe de normas para a fiscalização de invasões de áreas públicas, ocasionando o surgimento de novas ocupações. Já que existe um texto elaborado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU), da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, legislando sobre o assunto, que ainda deverá passar pela aprovação do Senado Federal.

Enquanto o novo texto não é votado pelo Senado, prevalece o velho Decreto nº 4.154, de 17 de abril de 1978, que regulamenta a colocação de toldos no Plano Piloto e limita a sua instalação, condicionando-a à conservação da arborização, iluminação e ventilação. Os toldos não

podem ainda encobrir placas indicativas da administração pública ou a identificação do comércio, e só devem ser de material plástico, metálico ou tecido.

O que se percebe, no entanto, é a proliferação de verdadeiras muralhas de alvenaria, invadindo áreas verdes que, de direito, pertencem à população. A preocupação demonstrada pelo governador Wanderley Vallim na reunião do Cauma vai mais longe. Segundo ele, os invasores, além de estar ocupando terreno público, dão um "grande prejuízo" aos cofres do governo, já que não pagam um "tostão sequer" de aluguel pela área invadida.

Para os membros do Cauma, o que deve ser feito é um reestudo dos espaços físicos do Plano Piloto destinados ao comércio, padronizando a ampliação dos estabelecimentos comerciais.

O governador Wanderley Vallim determinou que na próxima reunião do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, marcada para o dia 6 de novembro, estejam presentes representantes de todos os órgãos do GDF ligados ao problema. Entre eles, os da Procuradoria Geral de Justiça, do Departamento de Arquitetura da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Administração Regional do Plano Piloto e ainda do Sindicato do Comércio Varejista, para que, juntos, discutam a "melhor solução" para o término das invasões de áreas públicas no Plano Piloto.



A Mello Melão & Cia construiu com alvenaria na área pública da 207 Sul